Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMAM

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 220 – 90480-002 – Porto Alegre Fone: (51) 3289-7510 Email: comam@smam.prefpoa.com.br

1ª Reunião Ordinária do Comam

Data: 31 de março de 2016

Hora: das 14h00min às 16h15min

Local: Sala de Reuniões da Sede da SMAM, Av. Carlos Gomes, 2120 – Porto Alegre/RS

Porto Alegre/RS

1

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

No dia 31 de março de 2016, o Conselho Municipal do Meio Ambiente se reuniu sala 111, no prédio da SMAM, às quatorze horas, para reunião ordinária. PRESENTES: Mauro Gomes de Moura, da SMAM; Maria Lúcia Frozi, do DEP; Márcio Suminsky, do DMAE; Eduardo Fleck, do DMLU; Silvana Garcia Marzulo, da SMS; Gerhard Ernt Overbeck, do IGRÉ; Felipe Charczuk Viana, da ECONSCIÊNCIA; Paulo Brack, do INGÁ; Rafael Volquind e Letícia da Cunha Fernandes, da FEPAM; Andréa Pinto Loguercio, da UFRGS; Cláudio Luis Crescente Frankemberg, da PUC/RS; Marília Longo do Nascimento, da OAB/RS; Ricardo Libel Waldman, da MJDH; Magda Cleidy Satt Arioli, do CRBIO-03; Victor Souza Urach, do CREA; Daisy Chollet dal Molin, da FIERGS. CONVIDADOS: Léo Antônio Bulling, da SMAM/SUPPJ; Alexandre Burmann Pereira, da SMAM/SUMAM; Maria da Graça S. Ortolan e Jaciele Becker, do DMAE.

- Pautas:

- 1) Aprovação ata anterior (Novembro/2015) e Registro da Plenária de 17/12/2015;
- Explanação Resoluções: padrões atmosféricos e latas de tintas CT Resíduos Magda Arioli:
- 3) Apresentação andamento dos trabalhos dos projetos Edital FUNPROAMB 2014: INGÁ ECONSCIÊNCIA AMIGOS DA TERRA –
- 4) Resolução: Isenção de Licenciamento Ambiental Alexandre/Supervisão do Meio Ambiente SMAM:
- 5) EDITAL FUNPROAMB 2016.
- 6) MANIFESTAÇÕES CÂMARAS TÉCNICAS:
 - CT ÁREAS NATURAIS: Paulo Brack parecer referente Alphaville II.
- 7) Assuntos Gerais.

RELATO:

1 MAURO MOURA, da SMAM: Boa tarde senhoras e senhores. Já temos *quorum*. Esta é a 2 minha última reunião presidindo o COMAM. Queria apresentar a vocês o novo Secretário, 3 o Léo Bulling, que está assumindo a partir da meia noite de hoje. O Léo vai nos 4 acompanhar aqui, ainda não conhece bem o funcionamento do COMAM. Então, ele vai 5 acompanhar hoje para conhecer vocês. Vamos para a aprovação das atas. Todos 6 receberam por e-mail? Alguém tem algum comentário? Alguém tem alguma modificação 7 na ata? Quem aprova a ata anterior que permaneça como está. Então, está aprovada por 8 unanimidade. E o registro da plenária do dia 17, quando tivemos reunião. Todos 9 receberam? Alguma modificação em relação a esta ata? Quem aprova, por favor, 10 permaneça como está. Aprovada. Nós vamos fazer uma pequena inversão de pauta, 11 porque eu tive que colocar o Alexandre no meu lugar em outro evento, ele precisa sair. Se 12 vocês concordarem a gente traz o Item 4 para o segundo item de pauta. Todos 13 concordam? Sim? Então, Alexandre, por favor.

14 **ALEXANDRE BURMANN PEREIRA, da SMAM/SUMAM:** Eu vou apresentar esta 15 proposta de resolução, de dispensa, isenção de licenciamento ambiental em certas 16 atividades aqui pela SMAM. Desde a gestão do Mauro, desde a minha entrada, eu na 17 condição de advogado sempre me deparei com a dificuldade de certas situações que 18 eram realizadas pela SMAM, exclusivamente pelo praxe. Como você faz uma atividade? 19 O nosso praxe é assim. Como faz a outra atividade? O nosso praxe é aqui. Só que isto

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

20 nunca estava determinado em nenhum documento. Por que a proposta de isenção de 21 licenciamento? Pelas atividades da construção civil em atividades inferiores a 5.000 m². 22 Isso foi definido há muito tempo, em uma reunião entre os técnicos, desde então a SMAM 23 não licenciava atividade de construção civil abaixo de 5.000 m². Era um praxe da SMAM. 24 A partir disso os técnicos relataram que deveríamos fazer um documento para garantir 25 uma segurança jurídica tanto para o empreendedor, quanto para o técnico, para poder dar 26 uma dispensa de maneira adequada. Eu comecei a trabalhar com toda a técnica, que fez 27 uma minuta indicando atividades que eram isentas de licenciamento ambiental pela 28 SMAM, mas que não existia documentação adequada por ser de muito baixo impacto 29 ambiental, que pode ser resolvida. Então, surgiu essa minuta de resolução, que foi uma 30 construção trabalhada por todos os técnicos. A minuta basicamente é isso, de confirmar 31 situações de isenções de licenciamento ambiental. Essa resolução não impede que 32 alguma atividade eventualmente que possa ser considerada impactante ou problemática e 33 tudo mais, uma casa noturna, um restaurante, que possa ser licenciada de açodo com o 34 parecer técnico que diga que a atividade é próxima de bens naturais importantes. E é 35 importante que a gente licencie, dê o parecer técnico e resguarde essa possibilidade. 36 Junto a isso estamos entregando ao COMAM atividades a serem licenciadas que estavam 37 nesse mesmo limbo jurídico. No caso, licença de remediação, que a gente não tinha essa 38 previsão, as casas noturnas que vão continuar sedo licenciadas coordenação 39 entretenimento noturno, os clubes e uma adequação na questão das oficinas mecânicas. 40 Então, criamos 05 novas atividades que continuarão sendo licenciadas. Tivemos uma 41 reunião com o Ministério Público ontem e eles entenderam, concordaram que o melhor 42 seria licenciar todas as atividades, mesmo com o menor impacto, mas que a gente não 43 tem condições. Então, temos que os preocupar com o verdadeiro impacto. Essa resolução 44 já foi aprovada em duas oportunidades nas câmaras técnicas, ou seja, validando o 45 conceito jurídico da aprovação. E a questão das atividades foi debatida pelos técnicos. Há 46 sugestão de inclusão pelo DMAE de atividades. E na câmara técnica foi aprovada 47 incluindo a isenção de licenciamento para os complexos científicos e universidades. Para 48 alguma pergunta estou à disposição de todos.

49 MARÍLIA LONGO DO NASCIMENTO, da OAB/RS: Eu acompanhei, tenho uma 50 sugestão, até peço desculpas de não ter enviado antes. É a situação das cooperativas 51 das unidades de triagem. Eu sei que ontem foi pauta com o Ministério Público. 52 Realmente, há uma dificuldade em questões urbanísticas, não é nem ambiental. Eu acho 53 que nós deveríamos considera-los e incluí-los como isenção, ainda que depois façamos 54 isso que o Alexandre falou, porque existem procedimentos próprios, que o DMLU mesmo 55 pode orientar como deve ser o balcão, onde devem ser dispostos os resíduos. Eles não 56 vão conseguir se licenciar e é uma atividade que precisa de autonomia, que gera renda, 57 eles precisam ter esta formalização para se capacitarem e buscarem novos 58 compromissos e contatos. Então, é a minha sugestão de inclusão, mesmo que depois 59 tenhamos que refletir outras questões. Obrigada.

60 **MAGDA CLEIDY SATT ARIOLI, do CRBIO-03:** Eu concordo com a representante da 61 OAB, é importante ter isenção, porque representam na sociedade um papel muito 62 importante. É muito difícil para eles se adequarem, primeiro porque estão sempre em 63 áreas locadas. Eu concordo, pelo menos temporariamente.

64 ALEXANDRE BURMANN PEREIRA, da SMAM/SUMAM: Através de um diálogo com o 65 Prefeito, a partir de em breve vai ser editado um decreto municipal em que a SMAM não 66 terá dentro dos procedimentos chamados de licenciamento ambiental as questões

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

67 urbanísticos, especificamente a Habite-se, não serão mais inviabilizadoras de licenças 68 ambientais. Quem vai fazer o controle é a SMURB, a SMIC, não mais a SMAM.

69 **ANDRÉA PINTO LOGUERCIO, da UFRGS:** Eu acho importante essa questão, porque a 70 gente vem debatendo nos últimos anos na Câmara Técnica de Resíduos, tentando 71 qualificar a questão dos galpões e a gente barra nessa questão. Quando a gente tenta ir 72 atrás de um projeto é preciso que tenham algum tipo de licença. Então, a gente vive um 73 circulo vicioso de que não conseguem melhora a renda, não conseguem ter as condições 74 para atender o licenciamento. O licenciamento ambiental nesse caso desta atividade tem 75 sido um complicado para a boa prestação desse serviço.

76 **PAULO BRACK, do INGÁ:** Verificamos questões relativas à biodiversidade, tanto áreas 77 de açude, que não tem uma definição de que área, que tipo de ambiente poderia se 78 afetar. Segundo, áreas até 5 hectares, eu verifiquei já área de um hectare de mata em 79 um município que estava sendo liberada para supressão de vegetação, de mantenedora 80 atlântica, com espécies ameaçadas. Enfim, nós temos resistências aí em questões 81 relativas a APPs, que parece que o art. 3 ficou, mas não poderia ficar para trás. Essas 82 questões têm que ser claras, mas a interpretação do art. 3 fica no ar e deixa margem para 83 interpretações. Senão passar por aqui, quem sabe outra secretaria vá desconsiderar isso. 84 Com base nisso pedimos vista para poder complementar essas questões.

85 **GERHARD ERNT OVERBECK, do IGRÉ**: Como está no art. 3 (Inaudível), mas não diz 86 que tem que ter. Nós temos uma série de situações que nós temos que ter cuidado, como 87 espécies ameaçadas, como colocou o Paulo. Então, eu acho que isso tem que estar claro 88 aqui, mesmo que seja um pequeno espaço, porque podem ter espécies ameaçadas.

89 **MAURO MOURA, da SMAM:** O que estamos tratando é de isenção de licenciamento 90 ambiental, não estamos isentando a passagem de um prédio, de uma casa, de qualquer 91 coisa por aqui. Então, temos uma listagem de isenção. Toda essa questão de banhado, 92 tudo é visto pela SMAM. Se este é o pedido de vista não vejo necessidade.

(Sem identificação): Professor, em todos os processos de aprovação de projetos de natureza urbanística a SMAM participa e se manifesta. Quando o empreendedor quer construir uma casa, encaminha o projeto na SMURB, se tem vegetação vem para a SMAM. Então, as atividades que não serão licenciadas, de qualquer maneira elas sempre passam pela SMAM. É mais uma questão de consolidação aqui do que uma invenção que a gente está fazendo. Eventualmente, ele precisa de um documento para fazer um financiamento bancário, não tem, ai a SMAM fica: posso ou não posso dar? Aí o técnico fica inseguro para isso.

101 **JULIANO, da SMAM**: Eu gostaria de falar sobre as unidades de triagem. Hoje de manhã 102 o Alexandre veio conversar comigo sobre isto e confesso que não tenho uma opinião 103 formata em relação ao assunto. Eu acho que existe um certo impacto dessas unidades. 104 Claro, a questão urbanística vem atrapalhando bastante a regularização e não sei se o 105 caminho seria a isenção do licenciamento. Tem que estudar no momento essa questão.

106 MAGDA CLEIDY SATT ARIOLI, DO CRBIO-03: O CRBIO analisou a resolução, 107 realmente vem consagrar situações burocráticas que eram dispensadas. Só nos causou 108 estranheza a exclusão no inciso XXI de campos universitários, junto com escolas e 109 creches, porque muitas vezes eles estariam fugindo da análise do órgão licenciador de 110 documentos técnicos importantes. Por exemplo, como o plano de gerenciamento de 111 resíduos, que a SMURB não está cuidando disso. Os *campi* estão sempre gerando 112 resíduos que não se sabe para onde estão indo. Um simples documento de ITI pode ser 113 suficiente para um organismo financiador. Então, só nos causou surpresa essa isenção.

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

114 **ALEXANDRE BURMANN PEREIRA, da SMAM/SUMAM**: A inclusão do campus 115 universitário estava excluída, até mais por uma questão territorial, porque normalmente o 116 campus tem uma extensão grande. Essa proposta foi apresentada na Câmara Técnica 117 Jurídica pela UFRGS e foi aprovada na UFRGS. Por isso que foi incluída a versão.

118 **RICARDO LIBEL WALDMAN, da MJDH:** Eu teria duas considerações, primeiro no art. 6, 119 o que significa "contempladas pelo órgão ambiental"? Não teria outra expressão mais 120 clara? E em relação ao art. 7, a Lei Complementar nº 95, que regula a redação, fala que 121 tem que dizer expressamente quais são os dados informativos de que estão sendo 122 revogados. Em relação a esta questão da independência do licenciamento urbanístico e 123 ambiental, seria especificamente para esses casos dos centros de triagem ou em geral? 124 Essa separação ficaria para todos?

125 MAURO MOURA, da SMAM: Geral.

126 **RICARDO LIBEL WALDMAN, da MJDH:** Pois é, parece importante essa vinculação, às 127 vezes o licenciamento urbanístico pode ser um entrave para o licenciamento ambiental, 128 mas às vezes para o empreendedor o licenciamento ambiental pode ser um entrave uma 129 vez que já tem o urbanístico, por exemplo. Então, não colabora realmente com a 130 compreensão de conjunto do ambiente tratar dessas duas questões separadamente.

131 **ALEXANDRE BURMANN PEREIRA, da SMAM/SUMAM:** A ideia do art. 6, até o próprio 132 Rafael, o André que participa do CONSEMA, estão revisando a 288 que trata das 133 atividades de impacto local, que licencia. Vamos pensar que o Estado indique que a 134 atividade seja isenta de licenciamento ambiental e nós aqui ficar exigindo um 135 licenciamento ambiental ou ficar dentro desse vínculo jurídico. Ou seja, se o Estado 136 indicou que a atividade está sendo isenta nós também isentaríamos para não ter que ficar 137 esperando a aprovação de uma nova resolução e tudo mais. Seria uma questão temporal, 138 o ideal seria que incluísse dentro dessa resolução se fosse o caso. Nós podemos trocar o 139 termo, mas isso pode ser adaptado. A ideia é não ficar engessado.

140 RAFAEL VOLQUIND, da FEPAM: Primeiro, fazer essa complementação que o Alexandre 141 já trouxe em relação á Resolução nº 288. Está sendo discutida na Câmara Técnica de 142 gestão Compartilhada, já está prevendo, é uma próprio que vai ser levada á Câmara 143 Técnica e posteriormente à plenária. todas as atividades que são licenciadas pelo estado 144 os dispensados de licenciamento vão constar em uma nova resolução, não será mais a 145 FEPAM que criará as atividades, será o CONSEMA que vai ter que ratificar, (Inaudível). 146 Hoje a coisa é quase exclusiva da FEPAM. Então, vai ter ou a atividade inteira isenta de 147 licenciamento, ou determinar os portes que estão sendo considerados como 148 licenciamentos, não por atividade. O alerta que eu faço desta minuta é que, a priori, 149 apenas para as atividades que constam na Resolução nº 288. As secretarias não podem 150 ter um tratamento diferente do que a FEPAM. Então, me chamou atenção justamente a 151 questão do campus universitário, que só é de competência delegada a partir de 20 152 hectares. E a gente sabe que tem campos de 20 hectares no Município. Outra coisa, há 153 uma vantagem muito grande fazer uma resolução, fazer portarias ou coisas do gênero, 154 determinando que as atividades são isentas, não deixando de ter os cuidados colocados 155 pelo Professo Paulo Brack de ter uma avaliação. A atividade, a grosso modo, onde não 156 está localizada (Inaudível), onde ela não tem a vegetação destruída, por si só é isenta de 157 licenciamento. Isto polpa muito trabalho técnico, muito trabalho de escritório, os poucos 158 técnicos que nós temos, os técnicos que nós temos em todos os órgãos ambientais, 159 permitindo que esses técnicos estejam na rua fazendo a fiscalização. Então, deste ponto 160 de vista eu acho muito bom, está de parabéns quem teve a iniciativa de trazer até aqui.

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

161 Outro detalhe é que alguns itens parecem que estão repetidos, são vários itens. Por 162 exemplo, sauna e escola de natação no inciso XV. A piscina de uso individual ou coletivo 163 e depois aparece academia de ginástica, dança e balé. (Falas concomitantes em 164 plenária). Depois algumas dúvidas, o que é teleentrega? Que atividade seria?

165 (Falas concomitantes em plenária).

166 ALEXANDRE BURMANN PEREIRA, da SMAM/SUMAM: Não, esta questão de boliche, 167 teleentrega, só copiei o que estava na lei. O que está isento está tudo aqui, não tem 168 diferença nenhuma. A resolução não pode alterar a lei. A questão das universidades a 169 SMAM não foi a propositora desta emenda de indicação.

170 MARIA DA GRAÇA S. ORTOLAN, do DMAE: Só gostaria de saber por que a resolução 171 não inclui os itens que o DMAE havia proposto? Vocês receberam por email? A proposta 172 do DMAE seria a inclusão de alguns itens, que poderiam ser os últimos os misturados. 173 Seriam atividades de manutenções de redes de água e esgoto, implantação de rede de 174 água com 150m de extensão desde que a uma distância mínima de 2m do eixo da 175 vegetação existente. Implantação de rede de esgoto até 1m de extensão, desde que a 176 uma distância mínima de 2m do eixo da vegetação existente. São atividades de execução 177 dos nossos trabalhos, são de porto ínfimo, coisas do dia a dia de manutenção. Se 178 tivermos que trabalhar com licenciamento de atividades pequenas vamos acabar 179 engessando e ocupando os colegas da SMAM com atividades de porte de pequeno ou 180 mínimo impacto ambiental. Só para reforçar, a ideia é alinhar também com a 11.445, que 181 fala na questão de dar algum tipo de prioridade no sentido de obras na área de 182 saneamento ambiental. O tratamento de esgotos deve ser considerado como uma 183 redução de carga poluente. Gostaria de pedir uma pauta que o DMAE pudesse vi 184 apresentar o seu plano diretor de água e esgoto. Obrigada.

185 MAURO MOURA, da SMAM: Mais alguém?

186 ANDRÉA PINTO LOGUERCIO, da UFRGS: Eu concordo com a Maria da Graça, a gente 187 precisa fazer uma distinção. Esta é uma resolução que está amarrada por outras duas 188 legislações maiores. Então, o que é fazer licenciamento ambiental de atividade? É muito 189 diferente de fazer análise ambiental do impacto de uma atividade. O que tem que estar 190 ocupando os técnicos são as atividades cujo o impacto transcende o momento da sua 191 instalação, com um risco, um impacto considerável. Saneamento é um serviço essencial, 192 gente! Nós temos problemas sérios de não conseguir fazer com que o saneamento chega 193 na maior parte das áreas. Isso atrasa enormemente o funcionamento das obras que 194 trabalham com recurso público e que muitas vezes recebe um recurso para o orçamento, 195 que quando chega no final do ano devolve, não sabendo se vai ter de novo. Então, tudo o 196 que a gente puder fazer, mas desde que não haja um impacto dentro de uma área, mas aí 197 se é uma área ambiental não é a mesma coisa. E a questão do compus, a ideia de incluir 198 não foi minha, mas entendo a lógica, porque a gente precisa distinguir o que é um 199 campus dentro do Município de Porto Alegre. Primeiro, todo campus de grande porte está 200 na alcada da FEPAM. Então, não é licenciável pelo Município. Rafael, foram 20 hectares 201 que passamos? Foi. Aí a gente tem até 20 hectares. A proposta que construímos na 202 UFRGS é de que entre 5 e 20 hectares seja passível de licenciamento, porque significa 203 que a natureza das atividades já são mais complexas. Agora, campus como temos em 204 Porto Alegre, instalações com menos de 1 hectare, consolidada, com cursos que não têm 205 impacto que não seja geração de esgoto e de resíduos simples... E lembrem que temos 206 campi universitários que são essencialmente da área das humanas. E que impacto essas 207 atividades geram? O mesmo impacto que um escritório, uma escola. E tem escola de

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

208 ensino médio que estamos considerando aqui, como isentas, como o Colégio farroupilha, 209 que tem laboratório de biologia, talvez cause muito mais impacto do que uma FETEC na 210 frente da Rodoviária. Então, o que a gente quer? É não deixar passar alguma atividade 211 específica que se desenvolva naquele campus e que tenha um potencial elevado ou risco 212 ambiental significativo. Nós temos atividades dentro da UFRGS que a SMAM não vai ter 213 competência para licenciar porque a FEPAM também não teve. Nós temos uma parte da 214 nossa licença da UFRGS que é de competência exclusiva do IBAMA, porque é da 215 competência dele. O que o Município recebe é uma delegação de competência, assim 216 como o estado também recebe. Então, a gente tem que fazer a distinção de porte, da 217 natureza do que acontece em cada um deles.

- 218 **MAURO MOURA**, **da SMAM**: Mas nós temos um pedido de vista. Nós podemos discutir 219 melhor, poderíamos tirar os campi, fazer outra resolução e outra resolução sobre unidade 220 de triagem. A gente aprova esta hoje, tirando essas duas coisas, também incluiria o 221 pedido do DMAE, que é simples. No ano passado quase inviabilizamos o financiamento 222 do DMAE por causa disso. Então, se vocês concordam sugiro que a gente aprove esta 223 resolução e retirasse esses dois assuntos para discussão na Câmara Técnica, incluindo o 224 pedido do DMAE.
- 225 **SILVANA GARCIA MARZULO, da SMS**: Secretário, a gente trabalha com vigilância e 226 saúde ambiental do trabalhador. Essa questão das UTs, realmente, é necessário olhar 227 com mais cuidado para que haja uma normatização no sentido também da questão 228 ambiental, onde será localizada. Que a gente pense na saúde dos trabalhadores e da 229 população do entorno. Às vezes a forma como eles trabalham ou distribuem o material 230 gera passível de prejudicar a saúde dessas pessoas e das pessoas do entorno. Às vezes 231 têm postos de saúde próximos também. Então, se faz necessário sim ter este cuidado.
- 232 **MAURO MOURA, da SMAM:** Eu solicito que a Secretaria da Saúde também participe da 233 discussão. Está bem?
- 234 **PAULO BRACK, do INGÁ:** Bom, se for retirado para discutir em outro momento, em 235 outra resolução, então, a gente aprovaria.
- 236 **ALEXANDRE BURMANN PEREIRA, da SMAM/SUMAM:** O art. 43, abertura de açudes 237 para dessedentação de animais com lâmina de tábua inferior a 1 hectare. Esta foi uma 238 indicação dos técnicos da Soraya, que estava aqui presente. Eu falei com ela e disse que 239 não tem problema em discutir. Então, da nossa parte pode retirar e debater com as outras 240 questões.
- 241 (Falas concomitantes em plenária).
- 242 MAURO MOURA, da SMAM: Então, retirar o art. 43 e discutir na outra resolução.
- 243 (Falas concomitantes em plenária).
- 244 **ALEXANDRE BURMANN PEREIRA, da SMAM/SUMAM:** As obras civis até 5.000 m²? 245 essas obras não são licenciadas, nunca foram, mas passam pela SMAM na fase de 246 aprovação urbanística.
- 247 **MAURO MOURA, da SMAM:** Então, é retirar o art. 43, campi universitários, aprovar 248 separado e incluir a sugestão do DMAE. Esses assuntos voltam para a câmara técnica, 249 porque faz parte do jogo melhorarmos as resoluções.
- 250 **ANDRÉA PINTO LOGUERCIO, da UFRGS:** Eu incluiria os ginásios de esportes 251 escolares, que também é uma demanda que vêm das escolas, porque conseguem uma 252 verba para fazer uma quadra, mas se isto não estiver aqui vai voltar para o limbo.

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

- 253 **MAURO MOURA, da SMAM:** Só um pouquinho, eu discordo em gênero, número e grau, 254 porque o que nós estamos licenciando é a escola. Então, nós vamos dar isenção para a 255 escola como um todo, com cancha, com tudo.
- 256 PAULO BRACK, do INGÁ: Então, obras civis em geral inferior a 5.00 m². Isso passa?
- 257 **MAURO MOURA, da SMAM:** Passa, sempre passou. Então, quem aprova a resolução 258 com essas adequações sugeridas? Quem aprova continue como está. Aprovada. Eu 259 preciso encaminhar uma nova resolução para a Câmara Técnica... Explica rapidamente o 260 que é, que só estamos anunciando e encaminhando para a Câmara Técnica.
- 261 **ALEXANDRE BURMANN PEREIRA, da SMAM/SUMAM**: A gente está fazendo um 262 trabalho de inclusão de atividades a serem licenciadas. As atividades de efetivo impacto, 263 clube esportivo, entretenimento noturno, instalação de redes subterrâneas, remediação de 264 área contaminada, oficina mecânica e centro de desmanche de veículo, essas estão 265 sendo indicadas para licenciamento. Caso existam outras vai passar pela Câmara 266 Técnica, as câmaras podem incluir.
- 267 MAURO MOURA, da SMAM: Só estamos encaminhando para a câmara temática.
- 268 **EDUARDO FLECK, do DMLU:** Eu não me manifestei porque não sei exatamente de qual 269 câmara veio. Eu acho que se a gente conversar de novo vamos poder nos posicionar. 270 Mas uma coisa que a gente tem conversado no DMLU é sobre os aterros sanitários, que 271 não tem uma forma de licenciamento, talvez tenha que ter uma licença especial e 272 específica para isso.
- 273 **MAURO MOURA, da SMAM:** Nessa resolução que nós estamos encaminhando esse 274 assunto pode ser discutido. Alexandre, boa palestra e obrigado. Próximo item da pauta: 275 exploração das resoluções de padrões atmosféricos de unidades distintas. Quem vai 276 apresentar?
- 277 MAGDA CLEIDY SATT ARIOLI, DO CRBIO-03: Nós vamos explanar a resolução das 278 latas de tintas, porque essa resolução nós trabalhamos no ano passado na Câmara 279 Técnica de Resíduos, Emissões e Efluentes. A (Inaudível) não podemos trazer, porque 280 com a celebração da legislação da 757 alterou a nossa minuta de resolução de padrões 281 de emissão de estabelecimentos e atividades. Então, ela está sendo refeita. Trazemos 282 hoje a formação final, que já foi enviada a todos, é uma resolução que estabelece uma 283 manifestação contrária a uma resolução do CONAMA, que modifica o destino final das 284 latas de tinta, transformando a classificação de perigosos para não perigosos. Nós 285 chegamos à conclusão que o Município de Porto Alegre poderia estabelecer enquanto 286 não se formatasse uma logística reversa para esses destinos. Poderia continuar vigiando 287 no Município de Porto Alegre o recebimento de latas de tintas, pinceis, embalagens e 288 afins, como resíduos perigosos e o seus destino para aterros classificados como 289 perigosos com devida comprovação. Então, o que esta resolução estabeleceu foi esse 290 procedimento. Nós estamos sendo contrários á resolução do CONAMA que modificou em 291 2015 a classificação de resíduos. Então, é essa resolução que nos propusemos a 292 estabelecer em Porto Alegre.
- 293 MAURO MOURA, da SMAM: A palavra está à disposição.
- 294 **EDUARDO FLECK, do DMLU:** Primeiro, qualquer obra em Porto Alegre que o pessoal 295 procure a sua permissão para destino dos resíduos. O grande problema são as pessoas 296 físicas, vão lá e pintam a sua casa. Em princípio não é aceito na reciclagem, ou é aceito 297 certo volume pela empresa que vai fazer a reciclagem lata com resíduo de tinta. Se a 298 gente fizer uma lavagem bem feita vai acabar gastando mais do que o próprio valor do

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

299 material. Então, as pessoas físicas que nos ligam e é complicado dizer (Inaudível). Por 300 mais que o pessoal envie para um destino correto não vai conseguir.

- 301 **JULIANO, da SMAM**: Nós que conhecemos os intermediários nessa questão, a gente 302 sabe que a sucata metálica acaba indo para vários intermediários que muitas vezes não 303 tem o gerenciamento correto, colocando lata de tinta. No gerenciamento dessas 304 empresas que acabam depois vendo para a indústria de reciclagem, vão se criar passivos 305 na Cidade. Então, essa resolução vem para tentar resguardar essa questão do 306 encaminhamento das latas de tinta. Tecnicamente, em conversas internas aqui não se 307 concorda com o que foi feto, a forma como foi conduzido no CONAMA o encaminhamento 308 de latas de tinta.
- 309 **MAURO MOURA**, da **SMAM**: O que estamos tratando aqui é empreendedores que vão 310 receber licenciamento ambiental LO ou LI, nós estamos falando dentro da área específica 311 para dar uma destinação adequada. Nesse sentido ela me parece adequada. Mais algum 312 comentário?
- 313 **DAISY CHOLLET, da FIERGS**: Eu recebi por parte da FIERGS uma solicitação de 314 encaminhamento para uma outra câmara técnica, não sei se é assim?
- 315 **MAURO MOURA**, da **SMAM**: Já passou por todas. O que pode fazer é pedir vista e 316 justificar na próxima. Sempre passa pelo jurídico antes de passar por aqui.
- 317 **DAISY CHOLLET, da FIERGS:** Então, peço vista, eu acho que é o que cabe no 318 momento.
- 319 (Falas concomitantes em plenária).
- 320 Não, mas na verdade, eu estou sendo só porta voz. Realmente, não entro na discussão 321 do mérito, porque vim aqui como porta voz e de alguma maneira pedir que seja analisada 322 antes da votação. Eu não saberia dar maiores explicações para vocês.
- 323 **MAURO MOURA, da SMAM**: Se a FIERGS está pedindo vista ao processo nós vamos 324 analisar na próxima reunião.
- 325 **DAISY CHOLLET, da FIERGS:** Sim, e não vai ser eu a discutir o assunto como 326 representante.
- 327 **MAURO MOURA, da SMAM:** Volta para a câmara técnica. Eu tenho um pedido de 328 inversão de pauta. Tem problema?
- 329 **JULIANE, do ECONSCIÊNCIA:** Tem sim. Esta é a segunda vez que estou vindo aqui 330 apresentar o trabalho, esperava que os trabalhos fossem apresentados no princípio da 331 reunião e estou vendo que vai ficar para o final. Então, em respeito a todas as entidades 332 que estão aqui para apresentar não deveria ser mais uma vez invertida a pauta.
- 333 **MAURO MOURA, da SMAM:** Em votação o pedido de inversão de pauta da UFRGS. Só 334 os conselheiros, por favor, quem aprova a inversão de pauta levante a mão: três... Quem 335 não aprova? Não foi aprovada a inversão de pauta. Então, item três, apresentação dos 336 trabalhos do FUNPROAM, INGÁ, ECONSCIÊNCIA e Amigos da Terra. Então, vamos 337 começar pelo ECONSCIÊNCIA. Quem vai apresentar?
- 338 (Falas concomitantes em plenária).
- 339 **PAULO BRACK, do INGÁ:** Boa tarde. O projeto que foi contemplado pelo INGÁ é o de 340 educação ambiental, que se encontra na quarta fase de execução. Eu estou aqui em 341 nome do Ângelo Matias, Estela Santos, que foram os que desenvolveram este trabalho, 342 hoje não puderam estar aqui. Então, foram realizadas várias oficinas de produção Endereço para correspondências

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

343 audiovisual em 06 escolas da rede municipal, cerca de 10 a 15 estudantes ficaram 344 envolvidos, ou seja, mais de 60 estudantes. Cada aula ministrada por 02 oficineiros. Os 345 estudantes elaboraram alguns roteiros, fizeram as filmagens, tiveram um protagonismo, 346 foi uma coisa bem interessante. Então, a Escola Martim Aranha, que foi uma das escolas. 347 Também a Escola João Goulart... Dentro das fases, todas as fases foram efetuadas, toda 348 a prestação de contas, todo o projeto fez o acompanhamento com a SMAM. Falta só a 349 fase quatro, edição dos documentários. Então, o retorno foi muito positivo, todos 350 demonstraram satisfação e estamos em uma fase final, com os festivais de cinema 351 escolar. Os curtas estão fazendo parte do conjunto de obras do projeto. Praticamente falta 352 só uma fase e essas mostras irão ocorrer nas escolas, está previsto para maio, que é 353 quando completa 12 meses de execução. Posteriormente a gente pode vir apresentar 354 para vocês.

355 MAURO MOURA, da SMAM: O próximo a apresentar?

356 JULIANE, da ECONSCIÊNCIA: Eu sou coordenadora do projeto que trata da 357 conservação e manejo de abelhas nativas no Município de Porto Alegre. Nós fomos 358 contemplados no edital de 2014. Este projeto se propõe a fazer o resgate das abelhas 359 nativas sem ferrão em árvores podadas ou suprimidas na área urbana. Esses ninhos são 360 levados para uma área no Morro São Pedro, onde está sendo montada uma coleção 361 didática cessas abelhas, com a ideia de fazer a divulgação da importância das abelhas 362 sem ferrão para a manutenção dos ecossistemas naturais, que é de importância na 363 agricultura. Por que o Morro São Pedro? Pessoas da entidade possui área no morro, mas 364 não é exatamente por serem pessoas da entidade, mas pela importância natural, que 365 atualmente é a maior área em termos de campo em Porto Alegre. Por que este tema? 366 Porque verificamos que ocorrem muitas abelhas nativas, isso se deve à falta de sítios de 367 identificação adequados, que seriam arvores antigas, com troncos grossos e porte 368 adequado para manter os ninhos durante o frio. Então, esse projeto a gente dividiu em 369 duas fases, mas verificamos que elas foram se mesclando. A gente está trabalhando com 370 a capacitação das empresas de poda. O projeto está sendo executado em parceria com a 371 SMAM, a gente tem um amplo apoio da equipe de podas da SMAM. Temos a produção 372 de caixas isca, identificação de espécies botânicas que são adequadas para a 373 alimentação das abelhas principalmente no período de escassez, que é o inverno. Já 374 iniciamos o trabalho junto a outros públicos, além da equipe técnica da SMAM. Também 375 começamos a implantar o segundo meniconário. O foco do projeto são as árvores 376 urbanas, com as equipes de poda da SMAM e as equipes dos parques e praças da 377 Cidade. A intenção é que este manejo seja incorporado à rotina de trabalho da SMAM. 378 porque não basta o projeto acontecer durante um ano, a ideia é que por legislação a 379 SMAM tenha a obrigação de fazer esse resgate de forma adequada, tem até como fonte 380 de renda. Isso é muito pouco divulgado ainda, porque elas são produtoras de mel. Já 381 fizemos dois cursos o com a SMAM sobre o manejo, em novembro e dezembro, com um 382 público de 40 pessoas, todos aqui da secretaria. Em abril e maio vamos ter duas oficinas 383 com o Batalhão Ambiental e o Corpo de Bombeiros da região de Porto Alegre. Nós 384 queremos fazer um trabalho com uma escola do entorno do Morro São Pedro e com os 385 produtores rurais do em torno. Foram 40 pessoas capacitadas, mas a gente tem um 386 alcance de 60 pessoas que estiveram em reuniões, oficinas. O resgate de 11 ninhos e 387 outros que ainda estão nos locais identificados, estão sendo acompanhados. 388 Desenvolvemos layout, conteúdo de home page, que já está ativo, deve entrar no ar este 389 mês. Materiais gráficos, divulgação e guias de campo estão prontos. Nós conseguimos 390 fazer a plantação de 200m² de pasto miniconita. Todos os ninhos estão identificados por 391 procedência e data de resgate, o responsável pelo resgate. Também compramos algumas

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

392 caixas de abelha. Essas abelhas resgatadas vão servir de matriz, não serão colocadas 393 em caixas, permanecerão nos troncos, o que pode ocorrer é o enxame, gostaríamos que 394 ocorresse. Três ninhos resgatadas levamos para o refugio de vida silvestre, que é uma 395 área natural. Então, ali estamos começando um novo miniconario, com o apoio da 396 gerência da unidade. Foi realizado o levantamento de espécies nativas que poderão ser 397 utilizadas para plantio das áreas e utilizadas em praças e parques também para auxiliar 398 na manutenção dessas abelhas. A gente tem um trabalho de articulação com outros 399 setores da SMAM, principalmente com o viveiro municipal. Aqui são algumas fotos. As 400 aulas teóricas são realizadas na Secretaria Estadual da Agricultura, que também nos 401 apoia, também temos o apoio da PUC. Algumas imagens de ninhos resgatados. E é isso, 402 pessoal. Da minha parte está sendo muito interessante participar deste edital, porque em 403 2007 nós trabalhamos em uma câmara técnica e isto é uma realização. Então, isto deve 404 ser muito valorizado pelo COMAM e por quem participa. Não me parece que está sendo 405 devidamente valorizado. Então, desculpa chamar atenção, mas acho necessário.

406 **ANDRÉA PINTO LOGUERCIO, da UFRGS:** Eu tenho uma questão. É uma Questão de 407 Ordem. O projeto de vocês vence agora vocês vão pedir aditivo de prazo?

408 **JULIANE**, da **ECONSCIÊNCIA**: Sim. A gente começou a receber a primeira parcela do 409 recurso em agosto, o projeto foi programado para 12 meses dessa forma não tem como 410 acabar antes. Viemos para pedir a prorrogação do projeto.

- 411 MAURO MOURA, da SMAM: Quem apresenta o próximo?
- 412 ANDRÉIA, da Amigos da Terra: Vou mostrar como está a execução do programa 413 Mobilização para a Transformação da Cidade. Este projeto já tem um história no Amigos 414 da Terra, são círculos temáticos sempre com um tema relacionado com as nossas pautas. 415 Neste ano esses são os aluno que estão todos pautados na justiça ambiental e 416 contemplam tem as pautas dos territórios onde a gente está atuando atualmente 417 enquanto organização. Estamos transformando em informação no meio urbano. No 418 primeiro mês de projeto foi basicamente de reuniões, prestações do primeiro ciclo. O 419 primeiro ciclo teve como pauta as negociações do clima em Paris e as (Inaudível) da 420 natureza. As atividades teóricas aconteceram dia 28/10 e esta edição acontece uma vez 421 por mês e no sábado seguinte com atividade prática relacionado com o tema trabalhado. 422 Esta foi uma oficina de charges, onde a gente ode criar ferramentas didáticas para 423 divulgar o que aconteceu na atividade teórica com o cartunista Edgar Vasques. Ao final é 424 feito um informativo com um vídeo resumindo. No terceiro mês as violações de direitos, as 425 atividades teóricas no dia 16/12 contou com a presença de Edenir Siqueira, que é um 426 cinegrafista de Minas Gerais. Eu trouxe um informativo desse ciclo, o vídeo também.
- 427 MAURO MOURA, da SMAM: Este vídeo é público?
- 428 ANDRÉIA, da Amigos da Terra: Sim.
- 429 MAURO MOURA, da SMAM: Então, manda por email.
- 430 **ANDRÉIA, da Amigos da Terra:** Para 2016 nós organizamos a construção de uma 431 agenda para que as atividades práticas aconteçam junto com a feira de produtos 432 agricológicos. Nós queremos levar para outros espaços para divulgar o projeto.
- 433 MAURO MOURA, da SMAM: Era isto? Perguntas?
- 434 **ANDRÉA PINTO LOGUERCIO, da UFRGS:** A gente gostaria de saber em relação ao 435 prazo, porque estamos fechando um ano de disponibilização de recursos para as 436 entidades. Eu vi que vocês também vão pedir aditivo de prazo.

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

437 ANDRÉIA, da Amigos da Terra: Sim, vamos pedir.

438 **VICTOR SOUZA URACH, do CREA:** Eu estou praticamente participando da minha 439 primeira reunião, estou aprendendo, mas estou triste, porque estou vendo que uma coisa 440 tão importante, que é o que o pessoal está fazendo, que é para a Cidade, que é 441 interessante não só para as nossas pautas, eles estão tristes apresentando. Parece que 442 estão cuspindo rápido, a gente não está conseguindo dar atenção. Então, talvez para as 443 próximas pautas a gente possa reduzir algumas emendas e dar a devida importância a 444 essas apresentações.

445 MAURO MOURA, da SMAM: Tudo bem, mas esta não é a intenção.

446 (Falas concomitantes em plenária).

447 Pessoal, esta era a pauta. Tudo isto está sendo divulgado, aqui é só para termos uma 448 ideia. É só para dizer em que fase está, uma prestação de contas, as obrigações 449 financeiras. Era isto? Em relação ao FUMPROAM tem que fazer uma discussão somente 450 da questão do... Eu vou ver aqui. Eu vou ter que discutir antes para seguir para a 451 licitação. Se eu discutir antes de edital, como vai fazer, nenhuma das entidades aqui 452 presentes vão poder participar pelas entidades. então, eu vou resumir a discussão aqui, a 453 menos que os senhores quiserem fazer a discussão, nenhuma das entidades aqui, 454 membros do COMAM, poderão participar. Ok?

455 **PAULO BRACK, do INGÁ:** Assim, na realidade, independente de nós participarmos ou 456 não, o fundo é um espaço importante para a produção de políticas. considerando que nos 457 outros editais não houve habilitação, está parecendo muito estranho. (Inaudível). Nós 458 consideramos o cenário muito limitado e sobram recursos que poderiam estar envolvidos 459 com outras questões. A nossa intervenção o sentido de não proferir, objetivamente, qual é 460 o tema, mas sim as linhas que a gente considera mais importante. E já que o COMAM e o 461 Fundo são uma conquista importante, nós consideramos que as questões ambientais que 462 são tradicionais, questões ligadas à biodiversidade, obrigações sobre os rumos de Porto 463 Alegre, várias pesquisas, elas estariam hoje excluídas desse edital. Né? Aí se teria a 464 possibilidade de se discutir isso com a Andréa.

465 ANDRÉA PINTO LOGUERCIO, da UFRGS: Eu sei que isso é uma novidade, essa 466 modificação do uso do recurso, mas é importante a gente lembrar que isso não se trata da 467 totalidade do recurso do fundo. O que está em julgamento é aquele percentual que é de 468 10% do recurso do fundo voltado a edital para as entidades tratarem da sobra de projetos 469 das ONGs. Pelos últimos dados, quando a gente não tem uma temática, isso é a coisa 470 mais comum, a gente participa de editais de outros órgãos de fomento. Ter a temática 471 significa que vamos ter um olhar e gostaríamos de ter um olhar que englobasse várias 472 visões em relação a essas áreas degradadas, senão a gente fica com coisas muito 473 picadas, pequenos recursos. O recurso de cada projeto a gente já sabe que é limitado, os 474 projetos acabam sendo simplificados. E a gente se dispersa e fica uma colcha de retalhos 475 muito longe, muito separado. A gente não pega o problema e norteia esse problema. Isso 476 significa que vamos ter problema, mas em nenhum momento exclui nenhuma das áreas. 477 inclusive de publicações que envolvam isso, uma questão de educação ambiental, 478 trabalho na área CE resíduos, de saneamento, de levantamento de dados, fauna, flora. 479 Tem várias coisas ali dentro. Nós pensamos em uma área de fosse ampla para vários 480 tópicos entrarem, para que a gente tivesse uma temática assim, bom, esse pequeno 481 segmento aqui, ou dessa região. Se a gente conseguisse ouvir todas as ONGs e pegasse 482 um lugar da Cidade que tivesse várias propostas ou uma holística sobre aquele ponto da 483 Cidade, com a ajuda do Fundo, a gente teria sucesso.

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

484 (Falas concomitantes em plenária).

485 **PAULO BRACK, do INGÁ:** Eu acho que têm questões que a gente vem tratando, tanto 486 que na Conferência Municipal de meio Ambiente a biodiversidade ficou em (Inaudível). Eu 487 me recordo da questão da lista da flora de Porto Alegre, que nós fizemos o evento... Eu 488 acho que a Magda se lembra, que foi minha colega lá em 93. Nós fizemos a flora de Porto 489 Alegre. Então, há 23 anos nós solicitamos que a SMAM tivesse um banco de dados sobre 490 as espécies de fauna e flora, muito interessante. É um tema que poderia estar presente 491 para a gente entrar com a demanda dos empreendimentos, os técnicos reconhecem a 492 necessidade desse tema. Está caindo de maduro isso aí. Então, eu fiquei um pouco 493 desconcertado, porque a gente estava com esta temática, nós queremos contribuir. Eu 494 quero sim que a nossa entidade ajude a construir políticas públicas que são emergenciais. 495 Bom, se tivesse tido uma súmula que cobrisse essas questões ficaria mais fácil, mas não 496 tendo esta súmula, a comissão que vai avaliar pode simplesmente excluir esses temas 497 que estamos levantando aqui.

498 **MAURO MOURA**, **da SMAM**: Eu tenho o pedido de vista do DMLU. Este assunto vai para 499 a câmara técnica. Quer a palavra?

500 (Falas concomitantes em plenária).

501 Pessoal, o DMLU não retirou o pedido de vista e esse assunto vai para a câmara técnica 502 para a discussão sobre o objeto. Só tem um detalhe, precisa aprovar isso em abril, porque 503 o Prefeito já anunciou o atraso de salário a partir de setembro e outubro. É uma 504 dificuldade financeira também do fundo. Então, quanto mais cedo nós aprovarmos as 505 coisas aqui as coisas andam. Por favor, que se atenham ao objeto do edital. Agora o 506 Paulo Brack para o próximo ponto.

507 PAULO BRACK, do INGÁ: Nós temos o parecer da Câmara Técnica de Biodiversidade 508 das Áreas Urbanas, que foi aprovado em relação ao empreendimento Alphaville II. Nós 509 constatamos várias questões que não foram respondidas, analisadas pela câmara 510 técnica. A primeira, o estudo pavimental não incluiu o mapa das áreas prioritárias. Eu 511 coloco agui a alta importância de todas essas áreas. Em 2007 o Ministério do Meio 512 Ambiente fez um mapa para todo o Brasil. Então, esse empreendimento, que tem uma 513 área de 431 hectares, afetaria essa área prioritária, mas não foi citado neste trabalho 514 apresentado pela empresa. Os impactos também não foram relacionados ao Arroio do 515 Salso, a bacia do arroio. Então, pareceu importante que na avaliação estivesse 516 destacada, como a própria resolução do CONANDA coloca, ela fala que no prazo para 517 atender tem que considerar a bacia. Nesse caso não foi considerado. Terceiro lugar, não 518 existe referência, nós verificamos que o art. 88 não está destacado aqui (Inaudível). 519 Quarto lugar, o EIA-RIMA não houve presença de mata atlântica. Então, essas duas 520 áreas que estão no mapa da mata atlântica, essas duas manchas estão demarcadas no 521 mapa nacional, mas aqui não estão destacadas. Constatamos a ausência de identificação 522 de áreas úteis, a presença de banhados, considerados APPs. A amostragem da área, nós 523 consideramos que a área é de vegetação, não demonstrou a relevância da legislação. 524 Então, consideramos que a amostragem não é estatisticamente suficiente. (Inaudível). 525 Deveria ter sido destacada a espécie ameaçada também. Também não houve uma 526 avaliação do que poderá acontecer em relação às várias espécies de flora e fauna no 527 empreendimento. Nós fizemos uma apresentação na câmara técnica, em que destacamos 528 pontos de fauna, de flora. Aqui são algumas espécies ameaçadas que estão listadas. Não 529 houve definição de cálculos percentuais de áreas percorridas. A nossa crítica foi que 530 neste diagrama de pizza, tem as áreas verdes, mas não se define que esses 53% aqui, o

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

531 que vai permanecer, o que são áreas de praças internas, jardins internos. Então, ficou 532 com a falta de uma definição. Os impactos são colocados ali, mas não foi feita uma matriz 533 de impacto. E nós fizemos uma tabela desses impactos, e consideramos que estão 534 presentes 34 impactos negativos e somente 04 positivos. Então, é um empreendimento 535 que teria um resultado bastante negativo para a Cidade. Também a questão do Plano 536 Diretor, quer dizer, mais um item, vai ter que alterar o urbanístico.

537 **MAURO MOURA, da SMAM:** A palavra está à disposição. Se os conselheiros aprovam o 538 parecer encaminhado, permaneçam como estão. Aprovado, obrigado, Brack. Assuntos 539 gerais. Não? Então, só me cabe agradecer a vocês pela colaboração no período em que 540 fui secretário aqui. Então, agradeço e espero que vocês continuem dando esta pressão no 541 Secretário novo, que os trabalhos do COMAM continuem como sempre estiveram. 542 Obrigado a todos,. (Aplausos da plenária).

543

544 - Encerram-se os trabalhos e os registros taquigráficos às 16h15min.

545

Taquígrafa: Patrícia Costa Ribeiro
Registro nº 225257/2003 - FEPLAM
TG Tachys Graphen – CNPJ 10.133.150/0001-07.